



**GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares**  
Giordano Bruno

*Maria Helena Martins*

**EDUCAR PARA A PAZ**  
Importância de promover os pilares  
da resiliência educacional



***Cadernos do GREI n.º 30***

***JUNHO 2015***

**EDUCAR PARA A PAZ**  
Importância de promover os pilares  
da resiliência educacional

**ÍNDICE**

Introdução .....	3
1. Enquadramento mundial: a paz versus a violência .....	4
2. Os desafios para uma cultura de paz .....	7
3. Princípios básicos da educação para a paz .....	10
4. Resiliência e educação para a paz .....	13
5. Promoção da resiliência educacional e educação para a paz.....	16
Reflexões finais.....	19
Bibliografia.....	20



**GREI- Grupo de Estudos Interdisciplinares**  
Giordano Bruno

## **FICHA TÉCNICA**

**Título:** Cadernos do GREI

**Edição de:** GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares  
Giordano Bruno

*Rua Vergílio Ferreira, n.º 11*  
*8005-546 FARO*

[grupo@grei.pt](mailto:grupo@grei.pt)    [www.grei.pt](http://www.grei.pt)

**Capa:** adaptada por Rute Ralha de “Pombos” de Maurits Cornelis Escher

**Conselho Editorial:** Carlos Marques Simões (coordenador), Francisco Baptista Gil, Helena Ralha-Simões, Rosanna Barros, Carla Fonseca Tomás e Nuno Murcho

**Data:** junho de 2015

**Publicação de difusão restrita**

*A ortografia adotada no texto dos cadernos é da responsabilidade de cada autor(a).*

*A ortografia utilizada na capa, títulos, índice e resumo não segue o novo acordo ortográfico, segundo opção do coordenador editorial.*

Com mãos se faz a paz se faz a guerra, com mãos tudo se faz e se desfaz (...). E cravam-se no Tempo como farpas, as mãos que vêm nas coisas transformadas. Folhas que vão no vento: verdes harpas. De mãos é cada flor, cada cidade. Ninguém pode vencer estas espadas: nas tuas mãos começa a liberdade.

**Manuel Alegre** *in O Canto e as Armas* (1967)

O bem comum exige (...) que, com respeito aos direitos da pessoa, os poderes públicos exerçam uma dupla ação: a primeira tendente a harmonizar e tutelar esses direitos, a outra a promovê-los. Haja, porém, muito cuidado em equilibrar, da melhor forma possível, essas duas modalidades de ação. Evite-se (...) instaurar o absurdo de, ao intentar a autoridade tutelar os direitos da pessoa, [se] chegue a coarctá-los.

**Papa João XXIII** *in Pacem in Terris* (1963)

## RESUMO:

A *Educação para a Paz* é sem dúvida uma das grandes preocupações deste milênio, dado que um dos desafios mais importantes da humanidade passa por escolher os meios capazes para alterar atitudes, valores e comportamentos de forma a promover a construção de uma cultura de paz e de resiliência que permita eficazmente ultrapassar as adversidades que surgem no dia-a-dia.

**Palavras-chave:** Educação para a paz; cultura de paz; resiliência.

## INTRODUÇÃO

Num cenário mundial em que se intensificam as questões de desigualdade social, de violência e guerra torna-se imperioso pensar numa educação que contemple os desafios do futuro. Na sua ação a UNESCO procura disseminar uma cultura de paz que permita acelerar o processo de cidadania. Partindo do pressuposto que a violência persiste com novas faces, defende-se que a “*conquista da paz pressupõe, entre outras conquistas, o direito à educação*” (Noletto, 2003, p.145).

Consubstanciando este desiderato, a educação deve promover o desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Uma política de educação para todos deve promover a compreensão, a tolerância e a amizade entre as nações, grupos religiosos e raciais. Segundo Delors (1993, p.82) a educação deve “*dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento*” e permitir que “*cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e as comunidades*”.

Neste contexto, a comissão presidida por Delors (Delors *et al*, 1993), defende que a educação deve ser organizada tendo por base quatro pilares do conhecimento, nomeadamente *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para

poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, para poder participar e cooperar com os outros; e *aprender a ser*, constituindo-se este pilar como o essencial que integra os três anteriores.

*Aprender a viver juntos* é efetivamente um dos maiores desafios para a humanidade, constituindo-se a educação um importante meio para a construção de uma cultura de paz que se deve basear no pluralismo e no desenvolvimento sustentável. Esta construção pressupõe a cooperação e participação de todos os países e organizações governamentais e não-governamentais em prol da paz, pois sem paz não haverá sobrevivência da humanidade.

Neste desafio incessante que se coloca ao ser humano assinala-se a necessidade de uma reflexão sobre a capacidade de superação face a situações de adversidade. Efetivamente, não obstante a exposição a situações de opressão, violência e adversidade, muitos indivíduos conseguem apresentar um desenvolvimento positivo e adaptado. Tem-se revelado promissora, a investigação sobre a resiliência, entendida como um processo tipo “*tampão*”, que não elimina os riscos e adversidades mas encoraja o indivíduo a encarar os riscos com eficácia, mantendo uma atitude otimista e um equilíbrio dinâmico (Bonanno, 2004).

Resiliência e a paz estão pois interligadas e reforçam-se mutuamente, sendo que sociedades e pessoas que têm fortes “*pilares de paz*” tendem a ser mais resilientes e a lidarem melhor com as adversidades, daí a importância da *Educação para a Paz* como promoção do desenvolvimento e mobilizadora das forças que o indivíduo possui e dos recursos disponíveis no seu ambiente envolventar.

## 1. ENQUADRAMENTO MUNDIAL: A PAZ VERSUS A VIOLÊNCIA

A temática da paz tem vindo a constituir-se como uma questão de grande interesse, quer da opinião pública em geral, quer de políticos, religiosos, instituições internacionais e nacionais.

Efetivamente a paz é sem dúvida uma das grandes preocupações deste milénio. Não obstante, a definição do conceito não tem sido tarefa nem fácil nem consensual ao longo da história da humanidade. Johan Galtung, sociólogo norueguês, pioneiro nos estudos de paz, inspirando-se na ética pacifista de Gandhi, refere a paz dividida em duas categorias, nomeadamente a paz negativa, conceptualizada como a ausência de guerra e a paz positiva, entendida como a ausência de violência (Galtung & Fischer, 2013).

Assinale-se que, durante muito tempo, e até ao século XX, prevaleceu uma conceção restrita e negativa de paz, entendida como ausência de guerra, de violência direta. A paz seria então a “*não guerra*”. Após a **Segunda Guerra Mundial** assinala-se uma evolução significativa, nomeadamente com o aparecimento de uma nova área de estudos (*Peace Research*), na sua maioria interdisciplinares e relacionados com os temas paz, violência e conflitos (Milani & Jesus, 2003).

A violência é um dos problemas mais complexos com que a humanidade se confronta, caracterizando-se como um fenómeno polissémico que se apresenta em inúmeras modalidades e níveis, com diversificadas causas e agravantes, algumas imprevisíveis e outras fora das possibilidades de intervenção do cidadão (Milani, 2003).

Quer a paz quer a sua antítese, a violência, são fenómenos exclusivamente humanos, no entanto atualmente é praticamente consensual que a violência, tal como a sua antítese, a paz, não são inerentes à humanidade, isto é “*não fazem parte da natureza humana*” e são um “*fenómeno histórico-social, construído em sociedade*” (Minayo, 1994, p.7).

Jares (2002, p.132), um dos grandes estudiosos da paz, defende que a paz é um processo dinâmico que afeta diretamente a vida do ser humano a nível interpessoal, intergrupar, nacional e internacional e se caracteriza pela ausência de violências e pela presença da justiça e igualdade. Nesta perspetiva assinala que a “*paz nega a violência, não os conflitos, que fazem parte da vida*”. Geralmente associa-se a paz à

ausência de conflitos; no entanto, os conflitos entre as pessoas, grupos e organizações são inevitáveis, uma vez que a diversidade é fatalmente geradora de conflitos, além de que estes são cruciais para o aperfeiçoamento das relações entre os homens e para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e plural.

No seu racional teórico Jares (2007, p.124) postula ainda que a paz é o contrário de violência e que “*qualquer análise da paz deveria estar vinculada a uma análise da violência*”.

A nível mundial, assinalam-se, como marcos referenciais a partir dos anos 50 do século XX, as investigações desenvolvidas por sociedades de profissionais tais como médicos, psicólogos, físicos e sociólogos, que começam a trabalhar sistematicamente na investigação sobre as causas da guerra e as alternativas para a paz. Os seus trabalhos possibilitaram, em 1959, a fundação do **International Peace Research Institute** de Oslo e a criação da disciplina “*Investigação para a Paz*” ou, como é internacionalmente conhecida, “**Peace Research**”.

Em 1972, cientistas da **Associação Internacional da Investigação para a Paz** desenvolvem, juntamente com alguns educadores, a **Comissão de Educação para a Paz (“Peace Education Commission”)**. Esta comissão tem um importante papel uma vez que se dedica exclusivamente à pesquisa, publicação e desenvolvimento de projetos sobre a **Educação para a Paz**. Como os seus próprios fundadores explicam, a comissão é resultado de uma maior cooperação entre pesquisadores da paz e educadores interessados na educação para a paz, sendo que esta não deveria preocupar-se apenas com questões de conteúdo; deveria incluir também os problemas específicos do ensino da educação para a paz e dos processos educacionais que lhe estão subjacentes (Reardon, 1988).

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos uma importante mudança de enfoque é introduzida, sendo assinada em 1989 a **Declaração do Congresso Internacional para a Paz na Mente dos Homens**, em Yamassoukro (Costa do Marfim). Esta declaração considera que a paz

é: i) essencialmente o respeito à vida; ii) o bem mais precioso da humanidade; iii) mais do que o fim dos conflitos armados; iv) um comportamento; v) uma adesão profunda do ser humano aos princípios de liberdade, justiça, igualdade e solidariedade entre todos os seres; vi) e também uma associação harmoniosa entre a humanidade e a natureza (Diskin & Roizman, 2006).

Atualmente aceita-se que a paz tem que possuir uma dimensão própria e passa a defender-se a necessidade de se construir uma cultura de paz, conceito mundialmente apresentado em 1989, no *Congresso Internacional para a Paz na Mente dos Homens*. Neste sentido, Federico Mayor, ex-diretor geral da UNESCO (1995), refere que a *cultura de paz* são ações, maneiras de vida, comportamentos, hábitos e atitudes que favorecem a paz. Assim, a *cultura de paz* é uma proposta para que as relações humanas sejam permeadas pelo diálogo, pela tolerância, pela consciência da diversidade dos seres humanos e das suas culturas.

## **2. OS DESAFIOS PARA UMA CULTURA DE PAZ**

Um olhar para as notícias mundiais permite-nos perceber que a humanidade continua a debater-se com o enorme desafio de transformar a cultura predominante de violência em cultura de paz.

Efetivamente, o mesmo Homem que arquitetou a violência, que é capaz dos atos mais cruéis que podem levar à destruição de todas as formas de vida do planeta, é o único capaz de estabelecer a paz na Terra. O desafio mais importante da humanidade passa atualmente por escolher corretamente e de forma consciente os meios capazes para alterar atitudes, valores e comportamentos de forma a promover a construção de uma Cultura de paz (Milani & Jesus, 2003).

Este não é um desafio fácil; é possível entender a paz como um esforço e um desafio que precisa converter-se em processo permanente de construção coletiva para todos nós. Tal como referem Diskin e Roiz-

man (2006) a paz é uma caminhada que acontece pela ação e vontade do ser humano, sendo que não há chegada ou ponto final, atendendo que as potencialidades do indivíduo são infinitas.

Com este propósito, o Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência, redigido por um grupo de galardoados com o prêmio Nobel da Paz foi assinado por milhões de pessoas em todo o mundo, pretendendo o compromisso de agir no espírito da Cultura de paz, nomeadamente através de seis pontos fundamentais: Respeitar a vida, Rejeitar a violência, Ser generoso, Ouvir para compreender, Preservar o planeta e Redescobrir a solidariedade UNESCO (1999).

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a Cultura de paz concretiza-se através de valores, atitudes, formas de comportamento e estilos de vida que conduzem à promoção da paz entre indivíduos, grupos e nações. Neste sentido, e uma vez que este processo não pode apenas depender apenas dos Estados-Nações, a Assembleia Geral da ONU declarou o período entre 2001 e 2010 como a Década Internacional pela Cultura de Paz e Não-Violência em Benefício das Crianças do Mundo e apelou para que a sociedade civil se organizasse num movimento social.

Estes considerandos alertam para a necessidade de se construir uma Cultura de paz de forma a permitir as alterações indispensáveis para que a paz esteja subjacente a todas as relações humanas e sociais. Construir uma Cultura de paz implica um processo de transformação pessoal e social em prol do desenvolvimento de justiça social, igualdade entre os sexos, eliminação do racismo, tolerância religiosa, respeito pelas minorias, educação universal, equilíbrio ecológico e liberdade política (Milani, 2003).

Uma Cultura de paz terá ainda de ser pensada e arquitetada em dois níveis básicos, isto é a nível do indivíduo (micro) e a nível societal (macro). Assim, as hipóteses de participação para se consolidar uma Cultura da paz passam pelo indivíduo através do seu comportamento, da sua vida familiar e as relações que estabelece na comunidade, no

seu local de trabalho e círculo de amigos. Efetivamente, cada um pode contribuir de diversas formas a este nível. No que se refere ao nível macro as contribuições passam por definir estratégias e processos sociais de mudança coletiva, de definição de políticas e programas institucionais congruentes com os valores da paz. Assinale-se que estes dois níveis devem ser complementares e articulados, exigindo uma atuação concertada dos diversos atores sociais (Milani, 2003).

O processo de construção de uma Cultura de paz está pois relacionado com a contribuição de cada um e de todos, uma vez que à medida que cada um altera os seus comportamentos e atitudes face aos outros, numa relação de empatia, já estaremos a contribuir para a conquista da paz. Uma Cultura da paz não deve vocacionar-se apenas para a prevenção da guerra, ela deve antes dirigir-se para o combate e prevenção da violência, exploração, crueldade, desigualdade e opressão que de desenrolam no nosso quotidiano (Diskin & Roizman, 2006). Uma Cultura de paz não significa uma cultura na qual não existem conflitos, mas sim que estes são resolvidos de forma pacífica e justa, com o reconhecimento do direito à identidade e integração das diferentes culturas que coexistem na sociedades.

Para a prossecução deste objetivo é necessário transformar os valores da Cultura de paz em práticas concretas na vida quotidiana, criando condições para que cada indivíduo seja capaz de:

- i) Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem nenhum tipo de discriminação;
- ii) Praticar a não-violência ativa, rejeitando qualquer tipo de violência (física, sexual, psicológica, económica e social), nomeadamente aos mais fracos e vulneráveis, como as crianças, adolescentes e idosos;
- iii) Partilhar os recursos, ser generoso de forma a acabar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e económica;
- iv) Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, numa atitude de escuta e diálogo face ao próximo;
- v) Promover um consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que respeite o equilíbrio dos recursos naturais do planeta e todas as formas de vida;

- vi) Contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade que respeite os direitos humanos, os princípios da democracia, liberdade, igualdade, justiça social e solidariedade (Corrêa, 2003).

Se é impossível pensar a vida humana sem a educação, atendendo a que é pela educação que nos tornamos humanos, da mesma forma é impossível pensar uma Cultura de paz sem uma Educação voltada para a paz. A Educação para a paz pretende assim contribuir, por meio de modelos educativos, para a prevenção da guerra (Burns & Aspeslagh, 1996), defendendo-se que a paz só pode ser assegurada através de um programa de educação sistemático e universal, constituindo-se a escola como um importante facilitador para que as crianças e jovens possam aprender os valores de uma sociedade baseada em princípios éticos e de solidariedade.

### **3.PRINCÍPIOS BÁSICOS DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ**

Embora a Educação para a paz tenha surgido após a Segunda Guerra Mundial com a finalidade de contribuir, através de modelos educativos, para a prevenção da guerra e desarmamento, o desenvolvimento dos Estudos para a Paz (Peace Research) e a influência de diversos movimentos sociais pacifistas, a Educação para a paz passou a abranger outras formas de violência social, nomeadamente o racismo, o sexismo, e a degradação ambiental. Esta abrangência estendeu-se ainda à pesquisa sobre as causas e expressões de outras formas de violência social tendo como principal finalidade sensibilizar, informar e promover uma cultura de compromisso com a paz, fundamentado na rejeição de toda e qualquer forma de violência (Burns & Aspeslagh, 1996).

A UNESCO tem como missão primordial a construção da paz, postulando que falar em cultura de paz é falar dos valores essenciais à vida democrática, nomeadamente da igualdade, do respeito pelos direitos humanos, do respeito pela diversidade cultural, justiça, liberdade, tolerância, diálogo, reconciliação, solidariedade, desenvolvimento e justiça social. A educação para a Cultura de paz inclui assim a promoção da compreensão, da tolerância, da solidariedade e do respeito enfatizando

a importância da diversidade cultural (UNESCO, 1974). Produzida em 1974 pela UNESCO, a Recomendação sobre a Educação para a Compreensão, a Cooperação e a Paz Internacionais e a Educação para os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais, constitui-se como um dos marcos de referência.

Presidida por Delors, a Comissão Internacional de Educação para o século XXI, formalmente estabelecida em 1993, defende que a educação deve ser organizada tendo por base em quatro princípios-pilares do conhecimento, nomeadamente: Aprender a Conhecer, Aprender a Viver Juntos, Aprender a Fazer e Aprender a Ser (Delors, 2003), de forma a contribuir para uma cultura de paz. É ainda preconizado que a diversidade e pluralismo cultural e a cooperação entre indivíduos e organizações governamentais e não-governamentais são fundamentais para a paz e a solidariedade internacionais.

É ainda neste contexto que em 1995, a UNESCO, na sua 44ª sessão da Conferência Internacional sobre Educação, defende que a Educação deve promover o conhecimento, os valores, as atitudes e as aptidões favoráveis ao respeito aos direitos humanos, conducentes a um comprometimento ativo com a defesa desses direitos no sentido da construção da cultura de paz e a democracia.

Consubstanciando esta perspetiva - inspirando-se na Recomendação de 1974 - é adotado um Plano de Ação Integrado sobre a Educação para a Paz, os Direitos Humanos e a Democracia, que pretende fundamentalmente sugerir orientações gerais que possam traduzir-se em estratégias, políticas e planos de ação nos âmbitos institucional e nacional, de acordo com as especificidades e conjunturas das diferentes comunidades.

De acordo com este Plano de Ação pretende-se desenvolver, em cada indivíduo, a formação de valores e capacidades como a solidariedade, a criatividade, a responsabilidade civil, a capacidade para resolver conflitos por meios não violentos e espírito crítico, preconizando-se a introdução nos currículos, em todos os níveis de educação formal e não

formal, de ações educativas sobre paz, direitos humanos e democracia. Assim, a Educação para a paz deve constituir-se como um processo educativo contínuo e permanente, fundamentado nos dois conceitos fundadores, isto é na conceção de paz positiva e perspetiva criativa do conflito (Jares, 2007),

Para a prossecução deste objetivo evidencia-se como crucial a capacitação do pessoal em todos os níveis do sistema educacional, sendo que a formação inicial e permanente deve incluir a educação para a paz, os direitos humanos e a democracia (UNESCO, 1995).

Fundamental ainda a realização de ações visando a educação de grupos vulneráveis e minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas, programas de educação para crianças abandonadas, de rua, refugiadas e deslocadas, para crianças exploradas económica e sexualmente priorizando a participação de crianças e jovens em ações solidárias e de proteção ambiental.

Neste contexto a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o ano 2000 como o Ano Internacional da Cultura da Paz, sendo que o Manifesto 2000 convidava os cidadãos do mundo a estabelecer um compromisso individual em favor da dignidade humana e da convivência pacífica entre os povos, para uma cultura da paz e da não-violência propondo seis princípios básicos, nomeadamente: 1) Respeitar a vida; 2) Rejeitar a violência; 3) Ser generoso; 4) Ouvir para compreender; 5) Preservar o planeta; e 6) Redescobrir a solidariedade.

A proposta pedagógica da Educação para a paz consubstancia-se, neste contexto, numa ação internacional vocacionada para guiar as práticas educacionais no sentido de promover a formação fundamentada através de valores como a dignidade, o respeito, a tolerância e a igualdade (Campos & Correia, 2008). A Educação para a paz é neste sentido um processo através do qual se promove o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que possibilitem alterações de comportamento nas crianças, jovens e adultos de forma a prevenir a violência (quer na sua manifestação direta, quer na sua forma estrutural),

resolver conflitos de forma pacífica e criar condições que conduzam à paz (na dimensão intrapessoal, interpessoal, ambiental, intergrupar, nacional e/ou internacional) (Diskin & Roizman, 2006).

A Educação para a paz é um processo pedagógico que contribui para a promoção da Cultura da paz, sendo que os seus principais desafios são, por um lado, a procura de uma comunicação efetiva de forma a alcançar consensos e a resolução de conflitos e adversidades. Através da Educação para a paz a escola deve promover o desenvolvimento de competências que permitam aprender a analisar os conflitos numa procura de diversas soluções construtivas e não-violentas.

#### **4.RESILIÊNCIA E EDUCAÇÃO PARA A PAZ**

Nas últimas décadas, não obstante muito se tenha publicado sobre a temática resiliência, continua a não existir um consenso sobre o conceito. Diversas são as definições que se encontram, sendo esta definida como o processo de adaptação eficaz em face da adversidade, trauma, tragédia, ou até mesmo fontes significativas de ameaça (American Psychological Association, 2014); uma trajetória estável de funcionamento saudável depois de um evento altamente adverso; a capacidade de um sistema dinâmico para se adaptar com êxito a distúrbios que ameaçam a viabilidade, a função, ou o desenvolvimento desse sistema; o processo de aproveitar os recursos para manter o bem-estar; o aumento da capacidade psicobiológica para responder ao stresse (Southwick, Bonanno, Masten, Panter-Brick & Yehuda, 2014). Para Southwick, Pietrzak, Tsai, Krystal e Charney (2015) a resiliência não é um traço simples ou estático, existindo num continuum, podendo estar presente em diferentes graus e em vários domínios da vida (Pietrzak & Southwick, 2011). Assim, o indivíduo pode ser resiliente num domínio da sua vida, por exemplo, no seu local de trabalho, mas não na vida familiar; pode não ser resiliente durante uma fase, por exemplo na adolescência, mas ser depois na fase adulta; pode ser resiliente e/ou em resposta a um tipo de trauma, mas não a outro.

A resiliência pode ainda mudar ao longo do tempo como função do desenvolvimento e da interação com o meio ambiente (Kim-Cohen & Turkewitz, 2012). Por exemplo, um elevado grau de cuidados maternos e proteção pode proporcionar durante a infância um aumento de resiliência, mas pode interferir com a individuação durante a adolescência ou início da idade adulta. Além disso, a resposta ao stresse e trauma acontece no contexto das interações com outros seres humanos, recursos disponíveis, culturas específicas e religiões, organizações, comunidades e sociedades (Sherrieb, Norris & Galea, 2010), sendo que cada um desses contextos pode ser mais ou menos capaz de promover o desenvolvimento da resiliência no indivíduo.

Efetivamente numerosos fatores de genética, de desenvolvimento, neurobiológica e psicossociais têm sido associados com a resiliência e resposta ao stresse (Yehuda, Flory, Southwick & Charney, 2006), defendendo-se que estes fatores têm uma influência moderadora sobre como o indivíduo gere o stresse (Meaney & Ferguson-Smith, 2010; Russo, Murrough, Han, Charney & Nestler, 2012; Yehuda, 2006).

Esta perspetiva interpreta o fenómeno da resiliência num âmbito universal e generalista, preocupada com a promoção do desenvolvimento positivo nas crianças e jovens e sublinha a necessidade de focalizar os processos e intervenções comuns e universais (Brown, 2004).

O estudo da resiliência em contexto escolar fez surgir o conceito de resiliência educacional (educational resilience), definida como o aumento da probabilidade de sucesso na escola apesar das adversidades, processo este que pode ser promovido pela focalização nos fatores protetores (Wang, Haertel & Walberg, 1997).

Atendendo a que nem sempre é fácil alterar os contextos inadequados, uma das estratégias de intervenção poderá residir na alteração das políticas e práticas educativas para que estas possam responder às necessidades específicas das crianças e jovens (Baruch & Stutman, 2004).

Assim, os estudiosos têm vindo a identificar fatores que promovem e protegem contra os efeitos adversos causados por situações de risco

e que conduzem ao insucesso e abandono escolar. Os fatores protetores mais significativos têm sido tipicamente categorizados em fatores pessoais e envolvimentoais (Wayman, 2003). Como fatores pessoais são referidos os atributos internos e atitudes que o indivíduo utiliza para amortecer os efeitos adversos destas situações. A capacidade para trabalhar árdua e persistentemente face aos objetivos estabelecidos, um autoconceito saudável, aspirações educacionais e a motivação estão entre os fatores pessoais associados com a resiliência educacional (Wang, Haertel & Walberg, 1997). Os fatores envolvimentoais estão, sobretudo, relacionados com as influências externas que proporcionam apoio e protegem contra os riscos e adversidades que ameaçam a criança e o jovem. O contacto positivo e os laços afetivos com os adultos são assinalados como importantes fatores protetores, funcionando como suportes, ajudando os alunos a ganhar autoconfiança e proporcionando alguém que os pode ajudar a lidar com os problemas. Este apoio não tem de ser dado, necessariamente, por um elemento da família, pode ser facultado por um professor, outro adulto significativo ou até pelos próprios amigos (Wang, Haertel & Walberg, 1997).

Nettles, Mucherach e Jones (2000) examinaram a influência dos recursos sociais como os pais, professores e apoio da escola na resiliência dos alunos tendo concluído que pais atenciosos, preocupados e afetivos, a participação em atividades extracurriculares e o apoio dos professores funcionavam como fatores benéficos para os resultados académicos. Num outro estudo encontraram que a exposição dos alunos à violência tinha um significativo impacto negativo nas realizações a nível da matemática e leitura.

Neste contexto, pode então constatar-se que o desenvolvimento da resiliência está diretamente associado à promoção da cultura de paz (Ferreira, Silveira & Peixoto, 2013), isto é a paz e a resiliência estão interligadas e reforçam-se mutuamente, sendo que as sociedades e pessoas que têm fortes pilares de Paz tendem a ser mais resilientes e a lidar melhor com as adversidades (Southwick, Bonanno, Masten, Panter-Brick & Yehuda, 2014).

Os processos psicossociais envolvidos na Educação para a paz são assim também considerados críticos na promoção da resiliência, assinalando-se a existência de processos comuns, concluindo que os processos da escola que promovem comportamentos sociais positivos podem ser aplicados em ambos os contextos, promovendo o desenvolvimento das crianças e jovens em contexto escolar.

## **5. PROMOÇÃO DA RESILIÊNCIA EDUCACIONAL E EDUCAÇÃO PARA A PAZ**

Atualmente a violência, a discriminação e a exclusão causam sofrimento a milhões de pessoas em todo o mundo, afetando o bem-estar, saúde e potencial humano. Muitas vezes estas questões são encaradas isoladamente, contudo estão interligadas e têm muitas causas comuns. Olhar para as causas comuns, pode ajudar a encontrar soluções mais eficazes (Fountain, 1999).

A promoção de uma cultura de paz e não-violência não é um ideal utópico, nem um fim ou objetivo final, mas um processo de criação de um ambiente propício para o diálogo, discussão e procura de soluções para os problemas e tensões. Alicerça-se na prevenção e minimização, tanto quanto possível, das fontes de tensões para construir uma sociedade mais humana, igualitária e não-violenta. Este não é contudo um processo fácil, requer uma transformação dos problemas para soluções criativas e construtivas que respondam às necessidades da humanidade. Enfrentar com êxito este desafio requer uma mudança de mentalidades, atitudes e comportamentos. Equipar as comunidades, os pais e os professores com habilidades para interagir de forma construtiva irá apoiar e ajudar a sustentar esta mudança (Salomon & Nevo, 2002).

Diversos estudos têm salientado a promoção e prevenção como estratégias fundamentais. Uma educação baseada em valores e competências contribui para esta mudança de mentalidades, atitudes e comportamentos. Através de valores e educação com base em competên-

cias, seja na escola, na família ou na vida da comunidade, as crianças e jovens aprendem a respeitar o outro, a ouvi-lo e a respeitar a diversidade, permitindo uma sociedade mais segura, mais pacífica, pela diminuição dos comportamentos discriminatórios e o recurso à violência como forma de resolver conflitos e tensões (Andrade, 2012).

A consolidação da paz ajuda os indivíduos, as comunidades e os sistemas a tornarem-se mais resilientes ao conflito. A longo prazo ela fortalece as capacidades para a gestão de conflitos, construção da paz e promoção da coesão social. Efetivamente, quando as pessoas e comunidades são capazes de antecipar e gerir conflitos sem violência e estão envolvidos em processos de mudanças sociais inclusivos que melhoram a qualidade de vida tornam-se mais resilientes e capazes de enfrentar as adversidades de forma mais eficaz (Direção-Geral da Educação & Instituto da Defesa Nacional, 2014).

Nas últimas décadas, os estudos no âmbito da resiliência educacional e escolas eficazes têm contribuído para a reconsideração das estratégias através das quais a escola pode educar para a paz e promover o desenvolvimento de valores e competências nas crianças e jovens que os ajudem a lidar com as adversidades (Benard, 1991; Brener, Weist, Adelman, Taylor & Vernon-Smiley, 2007).

A promoção de uma cultura para a paz e não-violência pode ser promovida em vários níveis, que se reforçam mútua e complementarmente, tendo em atenção diversas temáticas fundamentais, nomeadamente: i) o fortalecimento da identidade pessoal e cultural; ii) a promoção do autoconhecimento e autoestima; iii) o desenvolvimento da comunicação interpessoal; iv) a educação para o exercício da cidadania, vivência e reflexão a respeito dos valores éticos universais; v) o reconhecimento da alteridade e respeito pela diversidade; vi) a sensibilização em questões de gênero e questões étnicas; vii) a aprendizagem da prevenção e resolução pacífica de conflitos; viii) a promoção do protagonismo juvenil; ix) a mobilização e participação comunitária em prol do bem-estar coletivo e com métodos não-violentos; x) e a educação ambiental (Milani, 2003).

No âmbito das relações familiares os programas de prevenção devem promover o desenvolvimento de competências parentais essenciais como a comunicação familiar e escuta ativa, a comunicação não-violenta ou resolução pacífica das tensões, a disciplina e a definição de regras firmes e consistentes e outras habilidades educativas.

No que se refere ao envolvimento escolar, um programa de promoção da cultura de paz e resiliência direcionado para crianças, adolescentes ou jovens deve abarcar diversas áreas de forma a desenvolver os fatores de resiliência individuais, os fatores relacionais, os fatores do contexto comunitário e os fatores culturais. Assim, na escola os professores devem ter em consideração:

- Fatores de resiliência individuais - a assertividade; a habilidade para resolver problemas; o autoconhecimento; a empatia pelos outros; a definição de objetivos e aspirações e o sentido de humor.
- Fatores relacionais – a presença de mentores e modelos positivos; a percepção de apoio social; a expressão emocional adequada; o acompanhamento parental dentro da família e a aceitação no grupo de pares.
- Fatores do contexto comunitário – limitar a exposição à violência dentro da família, comunidade e grupos de pares; proporcionar dispositivos legais para a segurança das crianças, recreação, habitação e emprego; acesso para a escola e educação, informação e recursos de aprendizagem e segurança.
- Fatores culturais - tolerância face às diferentes ideologias e crenças; ter uma filosofia de vida; identificação cultural e / ou espiritual.

A nível da comunidade é importante ainda a definição de políticas e estruturas legislativas que promovam a não-discriminação e respeito pela diversidade. Face ao envolvimento comunitário podem ser utilizados programas de desenvolvimento cívico, religiosos, de reforço das normas sociais e comunitárias, entre outros (Southwick, Pietrzak, Tsai, Krystal & Charney, 2015).

## REFLEXÕES FINAIS

Uma análise do panorama mundial permite constatar que, não obstante todo o caminho que a humanidade percorreu, continuamos muito longe de uma Terra em que os direitos humanos são respeitados. A existência de uma cultura de violência continua a ser uma realidade nas nossas sociedades, nas famílias e instituições. Face a este panorama é fundamental estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro e entre as nações. É fundamental implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para administrar e resolver conflitos ambientais e outras disputas promovendo uma cultura de tolerância, não-violência e paz (UNICEF, 2013).

Não podemos continuar reclamando da violência que cresce na nossa sociedade, sem fazer da Cultura da paz uma realidade no nosso dia-a-dia. Precisamos sim, tornar a Educação para a paz um objetivo e uma meta nas nossas sociedades. Solidariedade, participação comunitária, companheirismo, protagonismo juvenil e respeito pelos direitos humanos são os ingredientes básicos para uma receita de sucesso que contribuirá para a construção de uma Cultura de paz e não-violência.

Educar para a paz é um caminho a percorrer, é uma aventura que vai muito para além da simples transferência de conhecimentos. Significa empreender uma jornada pelo mundo exterior, mas fundamentalmente pelo mundo interior de cada um de nós. A resiliência pode constituir-se como uma promissora contribuição para uma cultura de paz, numa sociedade em que cada um faz parte integrante desta cadeia de laços afetivos. Esta compreensão é importante, uma vez que não se pode ser resiliente sozinho, sendo que um dos fatores mais necessários para o desenvolvimento da resiliência é o apoio e o acolhimento pelos membros de rede pessoal e social que atuam como “tutores de resiliência” (Cyrulnick, 2011). A resiliência sintetiza o resultado de intervenções de apoio, de otimismo, de dedicação e amor que perpassam as relações intra e inter-humanas (Noltemeyer & Bush, 2013).

Em suma, e de acordo com esta conceptualização todos nós podemos e devemos assumir um importante papel na prevenção e na promoção de estratégias que permitam desenvolver a resiliência nos crianças e jovens e contribuir assim para a cidadania e Cultura de paz.

Educar para a paz só é possível com uma educação em paz, sendo que não devemos esquecer que será tanto mais fácil, quanto mais precocemente conseguirmos intervir, pelo que, como refere Pedro Strech (2003) “a solução apontada como a mais eficaz, continua a ser a prevenção, prevenir para não ter que remediar” (p.69). Prevenir significa ainda não esquecer que a resiliência não é, nem pode ser uma vacina contra o sofrimento, nem um estado adquirido e imutável, mas um processo, um caminho a percorrer que se vai tecendo nas malhas do dia-a-dia e que nos ajudará a construir uma sociedade em que os valores da paz sejam o pano de fundo da vida do ser humano!

## BIBLIOGRAFIA

- Andrade, F. C. B. (2012). Clima escolar e resiliência: a escola como lugar de paz em tempo integral. Em Aberto, Brasília, 25(88), pp. 175-189. <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2878/1894>.
- American Psychological Association. (2014). The road to resilience. Washington: American Psychological Association. <http://www.apa.org/helpcenter/road-resilience.aspx>
- Baruch, R. & Stutman, S. (2004). The yin and yang of resilience. Institute for Mental Health Initiatives. The George Washington University – Washington, DC: School of Public Health and Health Services.
- Bénard, B. (1991). Fostering resiliency in kids: Protective factors in the family, school, and community. Portland,: Western Center for Drug-Free Schools and Communities. (ERIC Document Reproduction Service No. ED 335781), Charleston: ERIC Clearinghouse on Rural Educational and Small Schools.
- Bonanno, G. A. (2004). Loss, trauma, and human resilience: Have we underestimated the human capacity to thrive after extremely adverse events? *American Psychologist*, 59, 20\_28.
- Brener, N. D., Weist, M., Adelman, H., Taylor, L. & Vernon-Smiley, M. (2007). Mental health and social services: Results from the school health polices and programs study 2006. *The Journal of School Health*, 77(8),pp. 486-499.

Brown, J. H. (2004). Resilience: Emerging social constructions in educational policy, research and practice. In H.C.Waxman, Y.N., Padron & J.P. Gray (Eds.) Educational resilience: Student, teacher and school perspective. Connecticut: IAP.

Burns, R. & Aspeslagh, R. (1996)( eds.). Three decades of peace education around the world: An anthology. Nova Iorque: Garland.

Campos, J. C. & Corrêa, T. R. (2008). A educação para a paz e para os direitos humanos: Contribuições internacionais à compreensão do direito à educação na ordem constitucional brasileira. Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília.

Corrêa, R. A. (2003). Educação para a paz: para quê?. Revista do Curso de Pedagogia, Brasília, 6, pp. 01-02,

Cyrułnik, B. (2011). Resilience: How your inner strength can set you free from the past. Tarcher: Los Angeles, California, Penguin Group.

Delors, J. et al. (2003)(Org.). Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: UNESCO, Cortez Editora.

Direção-Geral da Educação & Instituto da Defesa Nacional. (2014). Referencial de educação para a segurança, a defesa e a paz - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico, Ensino Secundário. Lisboa.

Diskin, L. & Roizman, L. G. (2006). Paz, como se faz? - Semeando cultura de paz nas escolas. Brasília: Governo do Estado de Sergipe, UNESCO, Associação Palas Athena. <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001467/146767por.pdf>

Ferreira, A. L., Silveira, M. F. G. & Peixoto, A. C. L. (2013). Promoção de cultura de paz e resiliência: Um estudo de caso do projeto de extensão rede Coque que vive da UFPE. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, 21(1), pp.140-168. <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>

Fountain, S. (1999). Peace education in UNICEF. New York: UNICEF. <http://www.unicef.org/education/files/PeaceEducation.pdf>

Kester K. (2008). 'Developing peace education programs – Beyond ethnocentrism and violence. Peace Prints: South Asian Journal of Peacebuilding, Vol. 1, No. 1: Spring 2008. [http://www.wiscomp.org/pp-v1/kevin\\_kester.pdf](http://www.wiscomp.org/pp-v1/kevin_kester.pdf)

Galtung, J. & Fischer, D. (2013). Johan Galtung: Pioneer of peace research. Springer Berlin Heidelberg.

Kim-Cohen, J., & Turkewitz, R. (2012). Resilience and measured gene-environment interactions. Development and Psychopathology, 24, pp.1297-1306. Doi: 10.1017/S09545794120000715.

Jares, X.R. (1999). Educación y derechos humanos. Concepto y principios didácticos. Madrid: Editorial Popular.

Jares, X.R. (2007). Educar para paz em tempos difíceis. São Paulo: Palas Athena.

Milani, F.M. (2003). Cultura da paz x violências: papel e desafios da escola. In F. M. Milani, & R.C.D.P. Jesus (Orgs.). Cultura de paz: Estratégias, mapas e bússolas (pp.31-60). Salvador: INPAZ.

Milani, F. M. & Jesus, R.C.D.P (2003) (Orgs.). Cultura de paz: Estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ.

Minayo, M.C. (1994). A violência social sob a perspectiva da saúde pública. In O impacto da violência social sobre a saúde. Cadernos de Saúde Pública, 10 (suppl. 1): pp. 7-18.

Nettles, S.M., Mucherach, W. & Jones, D.S. (2000). Understanding resilience: The role of social resources. Journal of Education for Students Placed at Risk, 5, pp.47-60.

Noletto, M. J. (2003). A promoção da cidadania mundial através da Educação. In F. Milani & R.C.D.P. (Orgs.). Cultura de paz: Estratégias, mapas e bússolas. (pp. 145-155). Salvador: INPAZ.

Noltmeyer, A., & Bush, K. (2013). Adversity and resilience: A synthesis of international research. School Psychology International, 34:5, pp. 474- 487.

Pietrzak, R. H. & Southwick, S. M. (2011). Psychological resilience in OEF-OIF Veterans: application of a novel classification approach and examination of demographic and psychosocial correlates. Journal of Affective Disorders, 133(3): pp.560-8. doi: 10.1016/j.jad.2011.04.028.

Reardon, B. A. (1988). Comprehensive Peace Education: Educating for Global Responsibility. New York: Teachers College Press.

Salomon G. & Nevo, B. (2002)(Eds.). Peace education: The concept, principles and practices around the world. Mahwah, New Jersey: LEA.

Sherrieb, K., Norris, F. H. & Galea, S. (2010). Measuring capacities for community resilience. Social Indicators Research, 99, 227-247. [www.springerlink.com/content/r578275922403115/fulltext.pdf](http://www.springerlink.com/content/r578275922403115/fulltext.pdf)

Southwick, S. M., Bonanno, G. A., Masten, A. S., Panter-Brick, C. & Yehuda, R. (2014). Resilience definitions, theory, and challenges: interdisciplinary perspectives. European Journal of Psychotraumatology, 5, pp. 2000-8066. doi:<http://dx.doi.org/10.3402/ejpt.v5.25338>

Southwick, S. M., Pietrzak, R. H., Tsai, Krystal, J. H. & Charney, D. (2015). Resilience: An update. PTSD Research Quarterly, 25(4), pp.1050-1835. <http://www.ptsd.va.gov/professional/newsletters/research-quarterly/V25N4.pdf>

UNESCO (1974). Recomendação sobre educação para o entendimento, a cooperação e a paz internacionais, e a educação para os direitos humanos e as liberdades fundamentais. UNESCO. <http://www.peace.ca/unesco1974recommendation.htm>

UNESCO (1995). Declaração e Plano de Ação Integrado sobre a Educação para a Paz, os Direitos Humanos e a Democracia. Paris: Assembleia Geral.

UNESCO (1999). Manifesto 2000: Por uma cultura de paz e não-violência. Unesco.

UNESCO & IIEP (2009). Rebuilding resilience: the education challenge. IIEP Newsletter, Vol. XXVII, 1, Paris: UNESCO/IIEP.

UNESCO & UNICEF (2014). Towards A learning culture of safety and resilience technical guidance for integrating disaster risk reduction in the school curriculum. Published by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

UNICEF (2013). Global mapping of communication for development interventions in peacebuilding and conflict transformation. New York: UNICEF. [http://www.unicef.org/cbsc/files/Global\\_Mapping\\_C4D\\_Peacebuilding.pdf](http://www.unicef.org/cbsc/files/Global_Mapping_C4D_Peacebuilding.pdf).

- Ungar, M., Russell, P. & Connelly, G. (2014). School-based interventions to enhance the resilience of students. *Journal of Educational and Developmental Psychology*; 1(4), pp. 66-83. <http://dx.doi.org/10.5539/jedp.v4n1p66>
- Wang, M. C., Haertel, G. D. & Walberg, H. J. (1997). Fostering educational resilience in inner-city schools. *Children and Youth*, 7:119-140.
- Wyman, P. A. (2003). Emerging evidence on context specificity of children's adaptation and resilience: Evidence from a decade of research with urban children in adversity. In S. S. Luthar (Ed.), *Resilience and vulnerability: Adaptation in the context of childhood adversities*. (pp.293-317). New York: Cambridge University Press.
- Yehuda, R., Flory, J. D., Southwick, S. & Charney, D. S. (2006). Developing an agenda for translational studies of resilience and vulnerability following trauma exposure. *Annals of the New York Academy of Science*. 1071, pp. 379-396.

### **A AUTORA**

**Maria Helena Martins** - Licenciou-se em 1991 em Psicologia Educacional no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, concluindo posteriormente, em 1996, o curso de mestrado em Educação Especial e Reabilitação na Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa. Em 2006, obteve o grau de doutoramento em Psicologia Educacional, na Universidade do Algarve, onde atualmente é Professora Auxiliar do Departamento de Psicologia e Ciências da Educação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Tem colaborado com o GREI desde o início de 2014, integrando o Conselho Editorial da OMNIA – Revista Interdisciplinar de Ciências e Artes. É a Coordenadora do Gabinete de Apoio ao Estudante com Necessidades Especiais da Universidade do Algarve.

## Cadernos do GREI já publicados

n.º 22

**Carlos Marques Simões**

IDENTIDADE DO PROFESSOR: Uma abordagem socio-psicológica do desenvolvimento pessoal e profissional



n.º 23

**Brigite Micaela Henriques**

DESMISTIFICANDO OS VIDEOJOGOS: Suporte social e bem-estar subjetivo



n.º 24

**Maria Helena Martins**

ENVELHECIMENTO E RESILIÊNCIA: Perspetivas para a reabilitação do idoso



n.º 25

**Helena Ralha-Simões**

PSICOLOGIA POSITIVA E FELICIDADE HUMANA: As ciladas conceptuais dos modelos psicopatológicos



n.º 26

**Ida Lemos**

SERÃO OS POBRES MAIS VULNERÁVEIS? Recursos parentais e problemas psicológicos na adolescência



n.º 27

**Filomena Adelaide de Matos**

BULLYING: QUEM MERECE? Os caminhos escondidos da infância



n.º 28

**Nuno Murcho**

EQUIPAS DE TRABALHO NA SAÚDE: Contributos para uma análise baseada num modelo sistémico



n.º 29

**Cláudia Ribeiro de Almeida**

TRANSPORTE AÉREO, ACESSIBILIDADES E TURISMO: Importância para o desenvolvimento de novos segmentos de procura turística



## Cadernos do GREI

n.º 30

**Maria Helena Martins**

EDUCAR PARA A PAZ: Importância de promover os pilares da resiliência educacional



**A publicar:**

**Ana Martins**

IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DA CRISE FINANCEIRA: Factores intervinientes na adaptação a uma situação adversa



**Carlos Marques Simões**

A ECONOMIA DA INQUIETAÇÃO: Um ensaio eco-sistémico sobre a crise político-social europeia



**GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares**  
Giordano Bruno

**Cadernos do GREI n.º 30 - Junho 2015**



**GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares**  
Giordano Bruno

